

*A corrupção, que ameaça generalizar-se em Moçambique, levou a semana passada a que jovens universitários fizessem a sua primeira greve no país independente. E não são só os estudantes a movimentar-se. Mas quando os novos se agitam, até os «generais» tremem. Porque o aviso foi lançado: ou há moral e comem todos, ou então, há um...*

# LEVANTAMENTO DE RANCHO

**T**EMOS insistido neste jornal num ponto que achamos merecer toda a atenção da parte daqueles que procuram acompanhar a situação moçambicana. Trata-se do Programa de Reabilitação Económica (PRE) e das suas consequências ao nível do quotidiano, mas também na definição das classes sociais e consequente luta, a qual envolve o Estado e o Partido, como não podia deixar de ser. Sem queiramos emitir qualquer juízo de valor sobre o PRE, parece-nos no entanto indiscutível que as suas medidas, preconizadas pelo implacável Fundo Monetário Internacional (FMI), teriam de desencadear agitações sociais a vários níveis, mesmo que ainda esponsive e de, relativamente, fácil controlo. A pauperização crescente das classes trabalhadoras e o aumento generalizado da corrupção nas classes dirigentes são conjunturas, afirma o Governo, esperando em que, a médio prazo, o PRE irá ter resultados que harmonizarão as várias camadas sociais. Veremos.

Para já, o mês de Maio foi prodígio em algumas movimentações. Nos Transportes Públicos de Maputo (IPM), nas Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), os trabalhadores desejam aumentos substanciais. Os estudantes, esses, querem condições materiais para estudar.

De acordo com material recebido da Agência de Informação de Moçambique e outras fontes da capital moçambicana, foi possível reconstituir aqui o filme dos acontecimentos.

**Um passo difícil**

1983 - Num Seminário na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) os estudantes queixam-se contra as condições de alojamento, alimentação e bolsas de estudo.

1984 - Novo Seminário, novas queixas.

1986 - Em Março, na II Conferência Nacional da Organização da Juventude Moçambicana

(OJM), as queixas são consideradas justas por Samora Machel, que promete medidas.

A 26 de Novembro, 40 estudantes são tratados de diarreia no Hospital Central de Maputo. Um relatório médico aponta para comida imprópria para consumo.

1987 - Ano do início da aplicação do PRE. Num encontro com o Presidente Chissano, os estudantes renovam as suas queixas.

1988 - A Reitoria solicita relatórios médicos que mencionam «diarreias crónicas» entre os estudantes.

1989 - A direcção da UEM lamenta que o seu Orçamento anual mal dê para pagar aos professores e funcionários, não sobrando para os Serviços Sociais.

A inflação vai aos 160 por cento (números oficiais).

Os alunos do Instituto Superior Pedagógico (ISP), que forma professores para o Ensino Médio, criticam a Direcção. A intervenção do ministro da Educação, Aniceto dos Muchangos, ex-Reitor do ISP, evita o agravamento da situação.

Em Março, novos protestos são apresentados à III Conferência do Comité do Círculo do Partido na UEM.

**Um Maio quente**

1.º de Maio comemorações decorrem «sem entusiasmo» e com o Peso do PRE (título na revista Tempo). Greve marcada por IPM é inviabilizada pela gerência, que dela sabe por fuga de informação.

Protestos de estudantes sobem de tom: acusam responsáveis de desvios de produtos (o que entra nos armazéns do SEIF - nome dado ao relatório universitário não é o que aparece nas mesas, como por exemplo, alhos, cebolas, toucinho); por mês, por estudante devia haver duas refeições de carne, seguindo documentos de justificação de despesas, mas desde 8 de Janeiro que não é servida carne.

O Reitor da UEM parte para Cuba em viagem oficial.

**Sábado, dia 6 de Maio**

A Televisão Experimental (TVE) mostra imagens de estudantes no S.F.I.F. re recusar a comida e a afirmar estarem prontos a um boicote por tempo indeterminado, a ser alargado às aulas se necessário. Oitocentos estudantes aderem imediatamente e recusam mesmo segunda refeição melhorada. Alguns professores apoiam os estudantes. É eleita uma Comissão Coordenadora ad hoc de 26 membros, todos estudantes, alguns são membros do partido, a maioria é das províncias.

**Domingo, dia 7 de Maio** - O boicote ao S.F.I.F. continua. Às 18 horas e trinta minutos, a Comissão Coordenadora aguarda pelo ministro da Educação. Às 20 horas, cansados de esperar, os estudantes dispersam. O ministro chega 15 minutos depois e promete regressar às 22 horas. No entanto os estudantes aguardam. Até às 24 horas. Ministro resolve marcar a reunião para o dia seguinte. Os estudantes reagem e dizem que a situação chegou a um tal ponto que só um encontro com o primeiro-ministro poderá resolver tudo.

**Segunda-feira, dia 8 de Maio** - O jornal Notícias, único diário na capital, dá finalmente conta dos acontecimentos (o semanário Domingo nada disse): um «movimento de protesto» contra a «má alimentação» mas que não afectará a frequência das aulas; alguns «colegas escolhidos» encontram-se com «autoridades competentes» ainda hoje; entretanto a firma estatal GAPECOM ofereceu duas carcacas de bovinos...

A Comissão Coordenadora contacta telefonicamente com o Gabinete do primeiro-ministro: é informada de que este não os pode receber. À noite, reúne a Assembleia de estudantes à porta do S.F.I.F. Nela, a Comissão Coordenadora faz um relatório da situação, usando a aparelhagem sonora cedida pelo músico José Muca-

vele. Artistas, escritores e jornalistas enviam mensagens de apoio. A Comissão Coordenadora dá conhecimento de uma carta enviada ao primeiro-ministro. Contém oito reivindicações: 1) melhoria da alimentação; 2) melhoria de alojamento; 3) revisão das bolsas de estudo (só recebem 4 mil escudos e cada refeição custa 400 meticais); 4) solução para os transportes; 5) comparticipação na definição dos currículos e avaliações; 6) maior apoio a professores recém-graduados; 7) melhor apetrechamento das bibliotecas; 8) criação de um Conselho de Estudantes do Ensino Superior. Caso o Governo não resolva imediatamente as quatro primeiras exigências os estudantes ameaçam passar à segunda fase - a Greve às aulas, a partir do dia 11.

Mas a Assembleia exige o começo do boicote às aulas imediatamente. Fica decidida a Greve a partir do dia seguinte.

Entretanto chega um enviado do Secretariado do Comité Central do Partido: Secretariado é solidário com os estudantes e receberá Comissão, tal como o primeiro-ministro poderá resolver tudo.

**Terça-feira, dia 9 de Maio** - O jornal Notícias não dá qualquer apontamento de reportagem sobre a Greve.

As aulas, apenas comparecem aqueles que desconheciam a decisão tomada na Assembleia, mas logo a ela aderem. Funcionários e professores executam o trabalho normal.

Durante todo o dia os estudantes concentram-se no S.F.I.F., aguardando a chegada da Comissão; são expostos cartões e contam-se anedotas para passar o tempo.

Das 6 às 11 horas da manhã os IPM entram em greve, exigindo aumentos salariais na ordem dos 50 por cento.

Às nove horas da manhã, a Comissão Coordenadora encontra-se com três elementos do Secretariado do Comité Central: Jorge Rebelo, Eduardo Arão e Julio Carrilho. O Secretariado

deseja saber se a Comissão nasceu antes ou depois do boicote... os estudantes respondem que foi depois. O Secretariado aceita as reivindicações como justas, mas não aceita o «tom» da carta ao primeiro-ministro. Os estudantes mostram-se preocupados com a «corrupção, crescente no País» e Rebelo responde que a «juventude joga um papel importante na luta contra essa corrupção». O Secretariado aceita a criação de um Conselho de Estudantes do Ensino Superior.

À tarde, a Comissão informa os colegas da reunião, mas só parcialmente por ainda não ter reunido com o primeiro-ministro. Estudantes dispersam, insatisfeitos. Alunos e professores do ISP enviam mensagens de apoio. E surgem panfletos a incitar à Greve mas que a Comissão critica como vindos de «fontes estranhas à comunidade estudantil» e destinados a «desvirtuar o sentido justo das nossas reivindicações».

Na reunião com o primeiro-ministro, estão também presentes o ministro da Educação e o substituto do Reitor da UEM. Graça Machungo promete soluções mas exige o regresso às aulas como condição. E coloca hipóteses de reduzir o número de estudantes no S.F.I.F. e o pagamento dos custos dos estudos serem feitos pelos próprios estudantes para reduzir os encargos do Estado...

À noite, refeição melhorada no S.F.I.F.

**Quarta-feira, dia 10 de Maio** - As primeiras horas da manhã é dado a público um Comunicado Conjunto do Secretariado e do Governo: a maior parte das reivindicações são justas; outros pontos precisam ponderação, atendendo a que «milhões de compatriotas carecem presentemente de condições essenciais de vida» e que são prioridade; o regresso às aulas é imprescindível; os estudantes devem estar alertas contra «eventuais atitudes de-

magógicas e oportunistas».

Durante a manhã reúne a Assembleia Magna de estudantes no Ginásio da UEM. A Comissão Coordenadora apresenta o seu relatório aos dois mil estudantes e propõe o regresso às aulas imediatamente. Vários oradores e a maioria dos estudantes opor-se-ão durante duas horas ao regresso antes da satisfação das quatro primeiras reivindicações; ouvem-se queixas contra privilégios de «certos sectores» que não são dados aos universitários; mencionam-se aqueles que têm 2 ou 3 carros em casa e ainda têm direito a machimbombo...

Ào fim de duas horas, finalmente, outros oradores «viram» a Assembleia: a alimentação já foi melhorada, o Conselho aceite; afinal, dizem, em nenhum sítio do mundo um primeiro-ministro aceita negociar com os estudantes...

A Comissão propõe então o regresso às aulas e uma nova reunião no dia 20, para verificar os resultados. A proposta é aceite com os estudantes já a dispersar.

Almoço no S.F.I.F.: carne de porco, arroz e laranja.

À noite, o Telejornal é interrompido abruptamente para transmitir um Comunicado das Forças de Defesa e Segurança: estão solidários com o Partido e Governo, rejeitam o método utilizado, as faltas apontadas devem-se à guerra e as FDS e o Povo também as sofrem, mas «prontas estamos para enfrentar, qualquer que sejam, as tentativas de pôr em causa esta República, fruto de sacrifícios e sangue dos melhores filhos da Pátria, muito menos manifestações que minem a unidade nacional».

**Quinta-feira, dia 11 de Maio** - Estudantes regressam às aulas.

Nas LAM está anunciado uma Assembleia de Trabalhadores para o dia 20, a fim de reivindicar um aumento salarial de 50 por cento ou haverá paralização no trabalho.

S.M.